

MEDIATIZAÇÃO E CIDADANIA “PEDRAS NO SAPATO” DOS SERVIDORES PÚBLICOS MOÇAMBICANOS

Data de submissão: 13/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Carlos Elias Vitanisso

Doutorando na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Desing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Bauru-SP, Br

Maximiliano Martín Vicente

Prof. Associado Maximiliano Martín Vicente. Professor do programa de Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Desing. Campus de Bauru-SP

RESUMO: O presente artigo descreve o contributo da media digital, em especial as redes sociais, para denunciar e criticar as injustiças e atrocidades promovidas pelos servidores públicos moçambicanos, facto que se configura como uma “pedra no sapato” destes. Além da revisão de literatura, fizemos análise descritiva de alguns episódios em que as redes sociais se destacaram em mobilizar jovens para manifestações contra injustiças e abusos cometidos pelos servidores públicos. Em especial, trabalhamos como alguns jornais *online*, páginas de Facebook e WhatsApp,

plataformas mais usadas pelos cidadãos moçambicanos. Constatamos que as redes sociais são mais privilegiadas pelos cidadãos moçambicanos para denunciar as atrocidades e injustiças cometidas pelos servidores públicos, não só pela sua rapidez e eficácia na disseminação de informação, mas sobretudo porque os internautas não ficam expostos a quaisquer sevícias.

PALAVRAS-CHAVE: mediatização, redes sociais, esfera pública e servidor público.

MEDIA AND CITIZENSHIP “STONES IN THE SHOES” OF MOZAMBICAN PUBLIC SERVANTS

ABSTRACT: This article aims to describe the contribution of digital media, especially social networks, to denounce and criticize the injustices and atrocities promoted by public servants, a fact that is a “thorn in the side” of them. Where, in addition to the literature review, we made a descriptive analysis of some episodes in which social networks stood out in mobilizing young people to demonstrate against injustices and abuses committed by public servants. In particular, we work with some online newspapers, Facebook and WhatsApp pages, platforms most used by Mozambican citizens. We found that social networks are

more privileged by Mozambican citizens to denounce the atrocities and injustices committed by public servants, not only because of their speed and effectiveness in the dissemination of information, but above all because Internet users are not exposed to any abuse.

KEYWORDS: mediatization, social networks, public sphere and public servant.

INTRODUÇÃO

Os fenómenos da democracia e da globalização, associados ao advento das Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC fazem, por um lado, com que haja cada vez mais participação de cidadãos nos assuntos públicos, e por outro facilitam uma rápida propagação de informação que chegam a milhões de pessoas em pouco tempo.

Através dos meios de comunicação social, promove-se o debate público dos assuntos de interesse colectivo que interessam a sociedade como um todo. Dessa forma se cria uma possibilidade na qual as pessoas tem facilidades para obter informação, mesmo que esta seja filtrada antes de chegar para o grande público.

Dai que, McQuail (2013, p.14) refere que “em sociedades contemporâneas os *mass media* no componente política oferecem uma arena de debate e um conjunto de canais para tornar conhecidos os candidatos, as políticas, as suas ideias, proporcionam um meio de divulgação e influência a políticos e grupos de interesse.”

Bahia (2009, p. 21), por sua vez, destaca que “os media servem como construtor da opinião pública, são instrumentos de pressão e despertadores da atenção dos servidores públicos sobre as suas responsabilidades”. Dai, Thomas Jéfferson¹ ter dito, já em 1787, que “se me fosse dado a decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, não hesitaria em escolher a última hipótese”.

Portanto, os dois autores, McQuail e Bahia, coincidem ao sustentar que os media são um instrumento de participação pública na vida social, promovendo o exercício da cidadania. Ao estar tão presentes na vida quotidiana acabam construindo uma representação da realidade que, em muitas ocasiões, se torna a única fonte de informação pelos membros dessa comunidade. Não seria exagero afirmar que os meios pautam as representações sociais e culturais da sociedade.

As redes sociais, em particular, se destacam mais recentemente nessa função de interferir no quotidiano por estar presentes em vários países do mundo e na África, em Moçambique, sobressaem de forma especial. A primavera árabe é exemplo disso, como refere Bomfim (2018, p. 110-111), “países como: Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Argélia, Síria, Marrocos, Omã, Bahrein, Jordânia, Sudão e Iraque conheceram uma revolução caracterizada por luta pela democracia e por melhores condições de vida decorrentes da crise económica, desemprego e falta de liberdade de expressão.” As redes sociais foram o veículo de divulgação utilizado para dar a conhecer às pessoas sobre o movimento, bem como forma de expressar opiniões e ideias acerca dos mais variados temas levantados por esses movimentos. Igualmente, serviram para burlar à censura dos jornais, televisões e rádios controlados pelo governo em vários países.

1. Presidente dos EUA (1801 a 1809)

Recentemente, como exemplo ilustrador dessa força das redes sociais, o Quênia conheceu uma revolução convocada a partir das redes sociais, que obrigou o presidente daquele país africano, William Ruto, a recuar na sua decisão de incrementar as taxas de impostos.

Em Moçambique, apesar do controlo que as autoridades governamentais exercem sobre a media tradicional (rádio, televisão e jornal físico ou online), impedindo os jornalistas de publicar livremente assuntos de interesse público, perseguindo e seviciando profissionais de comunicação, cidadãos de vários estratos sociais e com maior destaque para académicos e activistas sociais, as redes sociais têm-se destacado, nos últimos tempos, na denúncia de escândalos e injustiças perpetrados pelos servidores públicos.

É no âmbito disso, que desenvolvemos este trabalho para descrever o contributo que as redes sociais têm para denunciar e criticar as injustiças e atrocidades promovidas pelos servidores públicos moçambicanos, facto que se configura uma “pedra no sapato” destes.

Em termos metodológicos, para além da revisão de literatura, nos baseamos no método de Análise de Redes Sociais proposto por Recuero (2017) que é uma das perspectivas de estudo de grupos sociais que permite sua análise sistemática a partir de sua estrutura, através de medidas específicas para esta. Selecionamos e analisamos diversos assuntos que foram bastante mediatizados (marcha de homenagem ao Azagaia, manifestação contra o incremento das taxas de internet, espancamento de casal de supostos ladrões, tentativa de boicotar a recandidatura de Selecionador Nacional de Futebol e alegada pintura da viatura de escolta do presidente do município de Maputo) não só nos meios de comunicação tradicionais, como também nas redes sociais, com maior destaque para o Facebook e WhatsApp, plataformas mais usadas pelos cidadãos moçambicanos.

Em termos estruturais o texto compreende três tópicos, além da presente introdução, sendo que no primeiro discutimos os principais conceitos do assunto em debate, nomeadamente: mediatização, redes sociais, esfera pública, cidadania “pedra no sapato” e servidor público; no segundo tópico discutimos a situação da liberdade de expressão e imprensa em Moçambique; no terceiro, falamos da participação dos cidadãos moçambicanos em assuntos públicos.

MEDIATIZAÇÃO E CIDADANIA

O conceito de mediatização foi cunhado pelos pensadores Latinos Americanos, entre os finais do século XX e início do século XXI, para referir-se ao novo fenómeno da circulação de informação no qual os internautas mais do que receptáculos de informação, são parte da produção e propagação de informação, envolvendo todos os sectores da sociedade.

Como destaca Hjarvard (2012, p. 64)

“[...] o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação. O termo lógico da mídia refere-se ao *modus operandi* institucional, estético e tecnológico dos meios, incluindo as maneiras pelas quais eles distribuem recursos materiais e simbólicos e funcionam com a ajuda de regras formais e informais.” (Hjarvard, 2012, p. 64)

Portanto, os novos meios de comunicação, principalmente com o surgimento da Internet, modificam profundamente os diversos campos da sociedade, onde se assiste a uma autonomização e o fortalecimento da media enquanto instituição social presente e atuante na sociedade, ao ponto que não estaríamos exagerando se afirmássemos que desenvolvem uma função relevante na vida quotidiana das pessoas.

É importante destacar que o termo redes sociais é polissêmico pois, pode referir-se a uma diversidade de actos sociais. Contudo, é comumente utilizado para referir-se as plataformas de interacção usadas nos tempos atuais e que têm como suporte de circulação a internet. As mais conhecidas e usadas são: Facebook, WhatsApp, Youtube, Twitter, Instagram, Yelp, entre outros.

Entretanto, Amaral (2016, p. 20) designa por “Web social, todos os dispositivos interactivos que permitem a comunicação e interacção em modelo colectivo, explora múltiplas inovações que tentam induzir através da técnica uma mudança social e comunicacional.”

O autor destaca que a rede social vem para mudar o paradigma de comunicação individual para um modelo ou paradigma de comunicação colectiva, permitindo uma rápida e abrangente circulação de informação pelos diferentes usuários destas plataformas. Isto vai permitir a participação dos diferentes actores sociais desembocando naquilo que Levy (1999) designa de Cibercultura. O termo foi por si popularizado, em alusão ao novo contexto em que estamos atualmente mergulhados, que passa por um processo de universalização da cultura, na medida em que estamos dia após dia mais imersos nas novas relações de comunicação e produção de conhecimento que elas nos oferecem.

Por seu turno, Recuero (2017, p. 12) destaca que “as redes sociais são o modo de apropriação que as pessoas fazem, por exemplo do Facebook, que é capaz de desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta)”. Portanto, para esta autora, as plataformas de Facebook, WhatsApp, Youtube entre outras, não são por si redes sociais, mas sim, o uso que as pessoas dão a estas plataformas é que lhes conferem o estatuto de redes sociais.

Como se pode ver, pelas abordagens destes autores (Amaral e Recuero) podemos afirmar que estas plataformas jogam um papel de relevo para o exercício de cidadania, uma vez que as pessoas, sobretudo as que não têm acesso aos meios de comunicação social clássicos, encontram neles espaço de fácil participação e de difusão rápida de suas opiniões. Com isso se ampliam as possibilidades de atuação das pessoas representando uma clara ampliação da esfera pública

O conceito de esfera pública como o entendemos hoje é recente, mas por aquilo que ele descreve podemos afirmar que esteja associado a *ágora grega*, espaço onde se digladiavam os homens, com palavras em busca de voto e poder, uma praça pública onde eram discutidos os assuntos mais importantes da sociedade ateniense, na Grécia antiga. Na actualidade, o termo foi cunhado por Habermas, tal como é citado por Sousa (2006, p. 140),

[...] a noção de espaço público inicial de Habermas corresponde ao espaço onde se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder. É o espaço do debate e do uso público da razão argumentativa. Concretizava-se, inicialmente, na vida social, nos debates racionais sobre política, economia, assuntos militares, literatura e artes que ocorriam nos cafés, clubes e salões, bem ao gosto do espírito iluminista.

Portanto, para (Sousa, 2006), a imprensa tornou-se, assim, a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, ou seja, é na imprensa onde se constrói a opinião pública.

Hjarvard (2014, p. 35), apoiando-se em Plummer (2003) e Dhalgren, (2006), considera que;

[...] na prática, a esfera pública da mídia constitui um espaço público que não é de maneira nenhuma restrito à deliberação racional e política, mas é aberto à representação pública e discussão (tanto racional quanto irracional) de assuntos que concernem a todas as instituições sociais, da esfera íntima da família e sexo até as experiências culturais e o mundo da política internacional.

Por outro lado, Losekann (2009, p. 37) discutindo a ideia de Habermas, refere que “esfera pública significaria, desta maneira, a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso.”

Portanto, a esfera pública na asserção moderna não é um espaço geográfico como era na *ágora grega*, mas sim, o espaço ocupado pelos media de massa onde se constrói a opinião pública. É na esfera pública onde permite-se que os cidadãos participem do debate de assuntos de interesse público, como uma forma de exercício de cidadania pois, é através dos media que estes têm acesso à informação e ainda por médio dela, quer os clássicos quanto os modernos (media social) que os cidadãos conseguem exercer seu direito de participação. Aliás, sobre isto, Luisa Diogo, ex-primeira ministra Moçambicana (2004-2010) destacou numa Conferência realizada em 2016, na Universidade Pedagógica

de Maputo, que pessoas não informadas tornam-se residentes e não verdadeiros cidadãos, para que as pessoas se tornem cidadãos precisam de estar informados. Sousa (*ibidem*) sublinha, a respeito do debate de ideias que “a polifonia é enriquecedora e o debate público é vital em democracia.” Dessa maneira o conceito de cidadania ganha uma importante função na construção social.

Tal como destacamos no conceito de esfera pública, o de cidadania deriva de um processo históricos que se inicia por volta dos séculos IV e V a.C. na sociedade greco-romana. Entretanto, interessa-nos discutir esta noção a partir do período do Renascimento entre os séculos XIV e XVI, pois foi a partir das ideias dos filósofos renascentistas que começou a luta pelas liberdades individuais e conseqüentemente a preocupação em participar na vida pública. Como refere Luiz (2007, p. 95) “a ideia em relação à cidadania foi retomada e, concomitantemente, iniciou-se a construção da concepção moderna de cidadania, que se exprimiu a partir das revoluções burguesas, Revolução Inglesa do século XVII e Revolução Francesa do século XVIII”.

Portanto, a partir desse contexto assiste-se no mundo e em diversos momentos históricos a uma série de movimentos sindicais, sociais e políticos de luta pelos direitos dos seus membros, o que se materializava em uma forma de participação destes na vida pública. Portanto, o contexto moderno de cidadania está relacionado com democracias emergentes que advogam a ideia de liberdade e de igualdade e inclusão de mais pessoas nos assuntos políticos.

No caso moçambicano o processo de ampliação de direitos após a independência seguiu um procedimento semelhante como veremos a continuação. Utilizaremos a metáfora “pedra no sapato” para estudar como se obtiveram conquistas sociais. O termo “pedra no sapato” se usa de forma metafórica em alusão a algo que perturba alguém ou que dificulta um determinado processo, que tira sossego. Neste texto, é usado para referir que a exposição dos abusos e injustiças dos servidores públicos pela imprensa ou redes sociais tira o sossego a estes.

No caso dos propósitos deste texto, é por isso que muitas vezes, quando se publicam assuntos que expõem as atrocidades do poder ou servidores públicos, estes procuram intimidar a quem os ousa publicar. Tal como descreve Namburete (2014, p.115) “a alocação de contas de publicidade aos órgãos de comunicação é feita em função do grau das críticas que o órgão faz ao Governo e ao partido Frelimo², isto é, quanto mais crítico ao poder o órgão for, menor serão as suas chances de se lhe atribuir contas de publicidade.” Namburete acrescenta que os processos judiciais são uma outra arma que o poder usa para silenciar os jornalistas, apesar de a Constituição da República moçambicana garantir a liberdade de imprensa e de expressão, como adiante iremos abordar.

2. É o partido que libertou o país da colonização portuguesa e que dirige o Moçambique desde 1975.

No contexto Moçambicano e na perspectiva do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado-EGFAE, considera-se servidor público a pessoa que exerce mandato, cargo, emprego ou função em entidade pública, em virtude de eleição, de nomeação, de contratação ou de qualquer outra forma de investidura ou vínculo, ainda que de modo transitório ou sem remuneração. Ainda de acordo com EGFAE, se entende como sinónimos de servidor público os termos funcionário, agente do Estado, empregado público, agente municipal e qualquer outro similar, que se utilize para referir-se à pessoa que cumpre funções em entidade pública.

LIBERDADE DE IMPRENSA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em 1990 Moçambique aprovou uma Constituição democrática e multipartidária que, através do seu Artigo 74 dá a todos os cidadãos o direito de liberdade de expresso e de imprensa, bem como o direito a acesso à informação. Em tese, portanto, se asseguravam os direitos e garantias da liberdade e do direito à informação.

Esta abertura política possibilitou a emergência de uma imprensa independente, investigativa, e combativa, não mais ao serviço dos interesses do partido Frelimo, como aconteceu no período monopartidário de 1975 à 1990³, mas sim voltada para os interesses da comunidade. Liderada por indivíduos como Carlos Cardoso⁴- fundador do MediaFax, e do primeiro semanário independente, o Savana apareceram vários meios de comunicação e, conseqüentemente, a pluralidade de interpretações.

Esta imprensa, para além de informar o cidadão sobre os seus direitos e colaborar na edificação de um estado democrático, tem exercido o papel fiscalizador do poder público que lhe havia sido retirado no regime monopartidário, denunciando, assim, os abusos dos recursos do estado pelos políticos, ou se quisermos dos servidores públicos.

No que diz respeito aos abusos dos políticos, o destaque vai para a denúncia do desfalque de dois antigos bancos comerciais, o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Austral, considerados até ao final da década de 1990, como um dos maiores escândalos financeiros do Moçambique independente, e, segundo círculos, protagonizados por indivíduos directa ou indirectamente ligados à elite no poder. Pode-se destacar, também, a denúncia da incompetência e impotência de Manuel António, então Ministro do Interior, em lidar com a criminalidade, obrigando o também então presidente Joaquim Chissano a demiti-lo em 1996, um caso sem precedentes na história de Moçambique. (Namburete, 2014, p. 115)

Portanto, neste período da história do jornalismo moçambicano assiste-se a emergência de jornalistas ou jornalismo investigativo e crítico, com Carlos Cardoso como o mais destacado dos jornalistas independentes, também se destacou por se ter posicionado contra a escolha de Armando Guebuza, ex-presidente de Moçambique (2005-2014), para suceder a Joaquim Chissano (1987-2004) na presidência da Frelimo e, conseqüentemente, apresentar-se como candidato presidencial.

3. De 1975 à 1990 durante o regime do partido único, havia um controlo da imprensa por parte do governo, havia censura prévia.

4. Jornalista considerado mártir da imprensa moçambicana, assassinado em 2000 por investigar escândalo financeiro que envolvia altos dirigentes do estado.

A imprensa independente, contudo, teve o seu desenvolvimento freado pelo assassinato brutal de Carlos Cardoso em 22 de Novembro de 2000. Na época, Cardoso investigava casos de corrupção em que estariam envolvidos políticos do mais alto nível das estruturas do Estado e da Frelimo, e a sua morte, como refere Namburete (2014), foi vista por muitos como um aviso aos jornalistas para que não se envolvessem com casos deste porte. A morte de Carlos Cardoso pode ajudar a entender, portanto, o quase desaparecimento de um jornalismo investigativo dos desmandos do poder político no país, uma vez que suscitou temores não só no seio dos jornalistas, mas na sociedade em geral, como mostra este testemunho do Centro de Integridade Pública (CIP):

[...] Esse jornalismo – que teve o seu expoente máximo em Carlos Cardoso, que o elevou à fasquia mais alta do seu papel em democracia, construtivo e atento, engajado na defesa do bem público e livre – está doente. Depois do seu assassinato, deixou de se fazer investigação jornalística em Moçambique. Há quem possa pensar que, actualmente, e pelo volume de escândalos de corrupção publicados, temos hoje mais investigação nos Media. Mas o que acontece é que os escândalos são apenas divulgados e não investigados; temos um jornalismo de denúncia que não faz o seguimento permanente dos casos que denuncia. (CIP: 27 de Outubro de 2006)

Apesar dos assassinatos em 2000, como referido acima, de Carlos Cardoso e de António Siba-Siba Macuácu⁵ em 2001, o jornalismo moçambicano não parou de evoluir criticamente, tendo emergido um grupo de académicos e políticos que escreviam para a imprensa e participavam em debates públicos em rádios e televisões, comentado sobre assuntos relativos aos escândalos e má gestão da coisa pública. São exemplos destes espaços de comentários, a página de colunistas no Jornal Canal de Moçambique, Evidências, Savana e o programa “Debate da Nação” na Soico Televisão-STV.

Contudo, como sustenta Namburete (2014), desde a ascensão de Armando Emílio Guebuza ao poder, em 2005, com o slogan de “combate ao espírito de deixa andar”, se inaugura um governo mais intolerante se comparado com seu antecessor Joaquim Chissano. Ficava evidente que tempos sóbrios se avizinhavam. O assassinato do Jornalista Carlos Cardoso viria a ser apenas a parte mais violenta da estratégia do controlo do jornalismo no país.

Namburete (2014) salienta que, com a queda do poder de censura, sobretudo nos órgãos independentes por parte da Frelimo sob comando de Guebuza, ensaiaram-se novas estratégias de controlo da imprensa, nomeadamente: a intimidação, ameaças de morte, exclusão no acesso aos benefícios, assédio, alocação condicionada de contas de publicidade, e instala-se um ambiente propício para a prática de autocensura. Aliás, o relatório do MISA⁶ (2007) sobre o estado da liberdade de imprensa em Moçambique indica que:

5. Um economista que foi morto quando investigava um caso de corrupção na gestão do Banco Austral.

6. O MISA – *Media Institute of Southern Africa*, é uma organização não governamental vocacionada para o desenvolvimento do sector de comunicação na região austral de África.

[...] o ano de 2007 foi, particularmente, marcado no domínio da liberdade de imprensa, pelo surgimento de uma nova forma de tentativa de silenciamento de jornalistas e dos seus órgãos de comunicação, cujo o fulcro é o roubo de discos duros de computadores, ou mesmo dos próprios computadores, acções que compreendem, nalguns casos, o recurso de armas de fogo. Por outro lado, durante o ano aqui em análise, assiste-se à sofisticação de outros “meios legais” de intimidação dos jornalistas, através do recurso abusivo aos órgãos judiciais [...]. Aliás, tratou-se de agudização de uma prática que já tinha sido por nós denunciada, em sede do nosso último relatório de 2006.

Por outro lado, assiste-se nos órgãos públicos de comunicação, aquilo que muitos críticos consideram captura dos meios de comunicação pelo poder político nacional, sobretudo a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique, o Jornal Notícias e o Domingo. Como refere Namburete (2014, p. 116),

[...] o partido no poder coloca na direcção editorial dos órgãos de informação do sector público pessoas da sua absoluta confiança, de tal modo que, a maior parte da sua programação sirva de espaço para a promoção do partido-estado da Frelimo. Esta situação faz com que muitos profissionais afectos a estes órgãos estejam em situações de auto-censura no exercício das suas actividades.

Em muitos programas de debate radiofónico e televisivo nos órgãos públicos como a Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique, a selecção dos comentadores não tem como critério a idoneidade académica ou profissional do convidado, mas sim as afinidades político-partidárias das fontes. São exemplo disso, os programas: Panorama Político, Debate Político, Linha Directa, Cartas na Mesa, Esta Semana Aconteceu, entre outros da Rádio Moçambique e o “Quinta a Noite” da TVM, em que se arrastam os vícios do jornalismo da era monopartidária, com algum agravo no último mandato do ex-presidente Armando Guebuza (2009-2014), até na actualidade.

Vitanisso (2020, p. 160) destaca que

Nestes programas, passam vários comentadores, quase todos indicados a dedo pelas lideranças dos órgãos e ou pelos próprios apresentadores, tudo para bem dizer sobre o partido no poder e seus dirigentes enquanto, por outro lado, mal dizem a todos aqueles que são considerados contrários aos ideais do partido no poder.

Aliás, foi no último reinado de Armando Guebuza que se financiou uma elite de comentadores que ficou conhecida por G40, cuja missão era fazer comentários favoráveis ao partido no poder para confundir a opinião pública. Esta situação viola as alíneas “a”, “b” e “c” do número 2 do Art. 11 da Lei da Imprensa Moçambicana que referem respectivamente sobre a necessidade de “Garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objectiva e equilibrada”, Reflectindo “a diversidade de ideias e correntes de opinião de modo equilibrado”. (Vitanisso, 2020, p. 160)

Enquanto por outro lado, os comentadores tidos como críticos eram perseguidos e molestados, como foram os casos do assassinato do Jurista Gil Cistac em 2015, agressão ao académico e comentador político José Jaime Macuana em 2016, jornalista e comentador Ercinio de Salema em 2018, tentativa de rapto do jornalista e editor do Canal de Moçambique Matias Guente em 2019. Vandalização e roubo nos escritórios e equipamento do jornal Canal de Moçambique em 2020. É isto que Namburete (2014) chama de desenvolvimento, a partir de 1990 até ao fim do último mandato do presidente Joaquim Chissano (1999-2004) e crise do jornalismo, durante o governo de Armando Guebuza (2005-2014). Aliás, a crise do jornalismo moçambicano alastra-se até os dias de hoje (2024). Afinal, foi no dia 4 de Junho do ano corrente que a jornalista e activista social Sheila Wilson foi sequestrada pela polícia quando fazia uma *live* em directo para a página do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) e o roubo da câmara de filmagem da Soico Televisão, como forma de a polícia impedir a reportagem da violência com que os agentes espancavam manifestantes de frente do edifício das Nações Unidade em Maputo, que exigiam valores de indemnização após terem trabalhado para os Serviços de Segurança de Estado, durante a sua idade activa.

O país vive, desde Outubro de 2017, uma situação de ataques em alguns distritos da província nortenha de Cabo Delegado, perpetrados por indivíduos ainda sem uma identificação oficial da sua origem e nem suas motivações. Estes, têm causado destruição de vidas humanas e infra-estruturas económicas e sociais, com milhares de deslocados.

Em face disto, vive-se num clima de incerteza por quase todo o país devido às escassas informações veiculadas, uma vez que a imprensa, sobretudo a privada, é impedida de fazer a cobertura jornalística de qualquer matéria relacionada com estes ataques. Aliás, qualquer jornalista de órgão privado que se atreve a fazer reportagens televisivas, radiofónicas ou fotográficas sobre estas matérias arrisca-se ser molestado, como foi o caso dos jornalista Amade Abubacar e Germano Adriano que foram detidos durante 4 meses em 2019, Izidine Achá, jornalista da STV em Pemba, foi espancado e arrancado seu equipamento de trabalho quando tentava fazer uma cobertura deste caso. E, em Abril de 2020, foi sequestrado o jornalista da Rádio comunitária de Palma, Ibraimo Mbaruco que continua desaparecido (Vitanisso, 2020, p. 162).

PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS MOÇAMBICANOS EM ASSUNTOS PÚBLICOS ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

Como já nos referimos no tópico anterior, o advento da liberdade de expressão e de imprensa abriu espaço para a participação dos cidadãos nos assuntos da vida pública, apesar da perseguição dos jornalistas e ou de cidadãos que presam fazer comentários tidos como estando a mexer com sensibilidade dos detentores do poder político, económico ou coercivo.

Historicamente, a primeira via de participação massiva de jovens em debates públicos é marcado com a criação em 2004, na Soico Televisão de um programa designado “Debate da Nação”. Era um programa de debate público em que se abordavam assuntos diversos de interesse nacional contando com a participação de um painel selecionado, de acordo com o seu mérito e idoneidade intelectual e, com uma plateia composta maioritariamente por jovens. O programa era moderado de forma rotineira, pelos jornalistas Jeremias Langa, Arsénio Henriques e José Belmiro, estes dois últimos actualmente não estão ligados ao jornalismo. O programa Debate da Nação permitia que muitos cidadãos, sobretudo das cidades de Maputo e Matola participassem e colocassem questões e comentários que de alguma forma embaraçavam o poder.

Entretanto, com o advento da internet e conseqüentemente das redes sociais, a participação dos cidadãos é cada vez maior. Já não se trata, apenas, daquilo que Sousa (2001) refere ao destacar que a principal função do jornalismo, nos estados democráticos de direito, é a de manter um sistema de vigilância e de controlo dos poderes. Esta vigilância exerce-se através da difusão pública de informação. Trata-se sim, de os próprios cidadãos participarem na construção e ou definição de pautas de disseminação de informação, através dos diversos meios de comunicação massivos. É na sequência dessa participação que nos últimos 10 anos as grandes cidades moçambicanas como Maputo, Matola, Beira, Quelimane e Nampula têm assistido a manifestações de contestação contra o elevado custo de vida, por um lado e por outro contra a má governação e fraudes eleitorais.

Como exemplos práticos de protestos convocados a partir das redes sociais, temos a manifestação de 31 de Outubro de 2013 contra a insegurança pública onde milhares de pessoas fizeram parte na cidade capital. No ano seguinte, concretamente a 16 de Março de 2014, mais uma manifestação é convocada via Facebook para repudiar a vida luxuosa e benesses que eram dados aos Deputados da Assembleia da República de Moçambique. No mesmo ano, os médicos (20 de Maio) convocaram uma manifestação via Facebook onde publicavam seus comunicados. Os médicos reivindicavam más condições de trabalho e de salários. Esta manifestação teve o seu auge quando a Polícia da República de Moçambique deteve o presidente da Associação Médica Jorge Arroz, o que fez com que centenas de pessoas, entre políticos da oposição e activistas de direitos humanos, se amotinassem na esquadra exigindo a libertação do médico. Mais uma vez, em 2015, as redes sociais voltam no epicentro da mobilização de manifestação para contestar o assassinato do professor Gil Cistac, bem como para a marcha pela paz realizada em 2016.

Recentemente, 18 de Março de 2023 aquilo que seria simples homenagem ao cantor, compositor e activista social Azagaia, falecido a 9 de Março do mesmo ano, foi convocada pelas redes sociais e transformou-se numa manifestação que foi brutalmente reprimida pela Força de Intervenção Rápida-FIR e força canina, saldando em 22 detidos e tantos outros feridos. A acção da polícia que recebia comando de seu Comandante Geral Bernardino Rafael exacerbou os ânimos dos jovens que encontram apoio e motivação dos

políticos e activistas de renome como, Venâncio Mondlane (na época um dos candidatos à presidência da república marcadas para 9 de Outubro de 2024 que perdeu a eleição para Daniel Chapo do Frelino), Adriano Nuvunga, Fátima Membir, Quiteria Guiringane, Wilkar Dias e Clemente Carlos, entre outros.

A acção da polícia sobre os manifestantes tem sido bastante criticada visto que, nem a polícia, muito menos as Forças e Defesa e Segurança de Moçambique, têm-se mostrado incapazes de conter a onda de criminalidade que ameaça o país, desde os ataques pelos insurgentes na província nortenha de Cabo Delgado, até os sequestros e assaltos nas cidades de Maputo, Matola.

Os cidadãos moçambicanos acusam as autoridades policiais e as Forças de Defesa e Segurança-FDS de ineficácia para garantirem a ordem, segurança e tranquilidade públicas. Além disso essas forças são associadas a má governação e corrupção dos servidores públicos, o que faz com que não tenham mais confiança no partido Frelimo. Como consequência dessa falta de confiança, a Frelimo foi acusada pelos partidos de oposição e algumas organizações não-governamentais de ter recorrido a fraude eleitoral para ganhar nas eleições autárquicas de 2023 que supostamente perdeu nas urnas, pelo menos nos principais municípios, como: Maputo, Matola, Nampula, Marracuene. Foi esta suposta fraude que levou a Renamo e o Movimento Democrático de Moçambique-MDM a convocarem marchas de repúdio nas principais artérias destas cidades, convocação esta também feita através das redes sociais.

Em Fevereiro de 2024 o Instituto Nacional de Telecomunicações de Moçambique através da Resolução nº 1 BR-CA/INCM/ 2024 de 19 de Fevereiro, fixou os limites mínimos das tarifas das telecomunicações, o que fez com que os preços de internet subissem e se suspendessem os pacotes de chamadas ilimitadas. Esta decisão, mais uma vez, fez com que os cidadãos moçambicanos convocaram uma marcha em redes sociais encabeçada por organizações da sociedade civil, com o objetivo de pressionar o Governo para rever as tarifas, por considerá-las uma total exclusão social.

Há um entendimento de que o Governo teme que os jovens usem do poder das redes sociais para mobilizarem os eleitores a votarem contra o partido no poder, conformem atestam os seguintes depoimentos de alguns activistas e políticos.

Este agravamento caiu como se fosse uma bomba, porque é para liquidar a esperança que as pessoas tinham. Portanto os objetivos que estão a ser perseguidos não são objetivos económicos de viabilidade. O que se pretende é que haja menos troca de mensagens por via WhatsApp e que não haja mais conversa via Facebook e Instagram. Isso tudo é para é para asfixiar a juventude. É para a juventude não poder mais comunicar” contestou. (Elísio Nuvunga-*in Jornal Evidência*)

[...] não tem dúvida que o decreto aprovado pelo Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique torna flagrante o furto do seu papel enquanto entidade reguladora das telefonias, revelando assim outras inclinações para políticas governamentais com vista a “silenciar” opiniões sobre eleições gerais que se avizinham. (Ronguane-Político-*in Jornal Evidencia*)

O INCM está a fazer o jogo do governo, está a se meter em política, a sua função era regular. Mas regular não significa chegar o tempo das eleições os jovens vão se mobilizar vão apoiar suas candidaturas, vão usar a internet massivamente para promover esta ou aquela candidatura para comunicar sobre este ou aquele assunto político. Dizer que isto é feio e inaceitável e está muito longe daquilo que são as suas competências”, lamentou Ronguane. (Idem.)

Obviamente que o governo do dia não está nada satisfeito com a forma explícita como os resultados foram divulgados nas últimas eleições de 11 de outubro. Daí que há uma intenção, desde cedo conseguimos perceber, de travar o fácil acesso à internet, de travar este espaço cibernético. Quando a informação é propagada, é propalada à velocidade da luz. Há aqui uma intenção de travar esta tendência para que as manobras, as falcatruas venham a ser feitas em oculo. (Clemente Carlos-ativista social-*in DW África*).

Na sequência das marchas, o Governo, através do Conselho de Ministros, recomendou ao regulador para suspender as novas tarifas de telecomunicações no país. Portanto, trata-se de mais um recuo que as autoridades governamentais se viram embaraçados com a acção dos jovens com recurso às redes sociais.

No dia 13 de Junho foi publicado no Jornal *Notícia*⁷ um anúncio de adjudicação para a pintura da viatura de escolta do Presidente do Município de Maputo, no valor de 290.232,00 Meticais facto que foi bastante contestado nas redes sociais devido ao elevado valor que foi proposto. Perante esta contestação social o município viu-se obrigado a recuar da decisão.

Outros episódios não menos importantes, que obrigaram os servidores públicos a tomar decisões e ou mudar, foram o espancamento por agentes da PRM de um casal acusado de roubo no distrito de Homoine província de Inhambane e a intenção do Presidente da Federação Moçambicana de Futebol Faizal Sidat em não recontratar o Seleccionador Nacional de Futebol Francisco Queriol Conde Júnior, mais conhecido por Chiquinho Conde.

Quer num, como noutro, nos dois casos as redes sociais jogaram um papel importante ao denunciarem a violação dos Direitos Humanos pelos agentes da polícia em Homoine como a intenção de presidente do FMF em não recontratar o seleccionador que na opinião pública tem conseguido resultados positivos para qualificar a selecção para o mundial de 2026.

Sobre o caso da agressão perpetrada pela polícia em Homoine, sobre o casal, a pressão social na imprensa tradicional como nas redes sociais foi tão forte que obrigou o comando e a Procuradoria Provinciais a instaurarem processo disciplinar e criminal, respectivamente. O mesmo aconteceu com a FMF que viu-se obrigada a recuar da decisão de não recontratar Chiquinho Conde como Seleccionador Nacional. Aliás, mais do que pressionar o presidente da FMF a recontratar o Seleccionador Nacional de Futebol foram despoletados e mediatizados negócios milionários feitos sem concurso público entre empresas da família Sidat e o Governo moçambicano, num claro conflito de interesse, uma vez que quer Faizal Sidat como seu irmão Shafee Sidat (Presidente da Vila Municipal de Marracuene-Província de Maputo) são servidores públicos.

7. É o jornal diário de maior circulação, com acionista maioritário três empresas do estado (Banco de Moçambique, Petróleos de Moçambique-Petromoc e Empresa Moçambicana de Seguros-EMOSE)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados aqui, não há dúvidas que apesar de uma boa parte da população moçambicana não ter acesso à internet, só 7.4% (INE, 2017) da população é que tem acesso a internet, há muita intervenção dos cidadãos nacionais através das redes sociais nos assuntos de interesse público.

As redes sociais são as mais privilegiadas pois, para além da sua rapidez na difusão de informação, eficácia na captura de imagens e som, elas são mais acessíveis do que a imprensa tradicional, na qual os jornalistas temem publicar certos assuntos devido a sua exposição pública.

As redes sociais constituem um mecanismo de participação de excelência na esfera pública. Uma alternativa para exigir a reposição da justiça social que muitas vezes é posta em causa pelas autoridades políticas governamentais, como foram os casos do incremento das taxas de internet, do espancamento de um casal em Homóine, da tentativa de não recontração do selecionador nacional de futebol.

Gradualmente os moçambicanos estão se transformando em bios midiáticos como destaca Muniz Sodré (2002) que tal como existem três bios de origem grega, existem um quarto bios, neste caso o mediático que implica novas formas de perceber o real, de pensá-lo e de agir sobre ele, formas que são alavancadas pelo uso da media. É que os cidadãos moçambicanos, sobretudo os jovens que residem nas grandes cidades de Maputo, Matola, Beira, Quelimane e Nampula transformaram-se em autênticos consumidores de produtos mediáticos.

É notável que, a falta de transparência, a corrupção e o nepotismo por parte dos altos gestores da coisa pública moçambicana, fazem com que os cidadãos nacionais tenham pouca confiança neles. Deteriorando-se, de alguma forma qualquer possibilidade de estes manterem autoridade sobre os cidadãos. De tal forma que, são muitas vezes embaraçados com as críticas das redes sociais e acabam ficando a mercê das vontades dos cidadãos, mesmo que isso implique recuar na tomada de certas decisões.

Concluimos que, perante um controlo cerrado aos meios de comunicação de massa e intimidação aos jornalistas e comentadores políticos, as redes sociais têm-se constituído meios alternativos para dar voz a quem não a tem, pois aqui há um entendimento de que nas redes sociais os detentores do poder não têm como intimidá-los, isso tem-se constituído numa pedra no sapato para os servidores públicos moçambicanos. Daí que, mesmo sem quiser são obrigados a recuar em algumas decisões por si tomadas, como foram os casos do incremento das taxas de internet e a intenção do presidente da FMF de não a recontração do Seleccionador Nacional de Futebol.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ines. Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes. Covilhã, 2016

ANTUNES, Fábio Félix. Valorização do servidor público. Brasil, 2015.

BOMFIM, Nizete Maria. Transformações Geopolíticas Recentes no Mundo Islâmico: a Primavera Árabe
Revista Geográfica de América Central, vol. 2, núm. 61, 2018

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. Matrizes,
v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Bsil. 1999.

LOSEKANN, Cristiane. A esfera pública Habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do
uso deste conceito no contexto brasileiro. Brasil, 2009.

McQUIL. Denis. Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa. 2003.

NAMBURETE. A. Eduardo. Desenvolvimento e crise do jornalismo Moçambicano. (in Hohfeldt), São
Paulo. 2014

SOUSA, Jorge. Teorias e Elemento da Comunicação. Porto. 2006

RECUERO, Raquel. Introdução à análise de redes sociais online. Salvador, 2017.

VITANISSO, Carlos. Ética e deontologia no jornalismo moçambicano. (in Bussoti, Luca, Org. Comunicação
& Sociedade, CEC-Maputo, 2019 & 2020)